



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFS - CAMPUS LAGARTO

CYNDI MOURA GUIMARÃES

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

O presente artigo resulta de uma pesquisa com a turma do curso de Auxiliar de Arquivo do Programa Mulheres Mil desenvolvido no Instituto Federal de Sergipe - Campus Lagarto, tendo como objetivo traçar um panorama da efetividade da função educacional e social do programa, já que o referido programa pretende promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas, garantindo o acesso à educação profissional e elevação da escolaridade. Para isso foi utilizado como metodologia o levantamento bibliográfico sobre temas que circundam a temática geradora, entre eles: a educação de jovens e adultos no Brasil, a Educação Profissional e a Educação das Mulheres. Foram utilizados como estratégias de coleta de dados, questionários pré-estruturados e entrevista. Foram elaboradas tabelas e selecionados registros das entrevistas e em torno deles houve a análise de conteúdo e interpretação. Os resultados dessa pesquisa buscam suscitar novos estudos sobre o tema.

Palavras-chaves

Educação Profissional; Educação Feminina; Programa Mulheres Mil

This article results from a survey of the class of travel of Thousand Women Program Files Assistant developed at the Federal Institute of Sergipe - Lagarto Campus, aiming to give an overview of the effectiveness of educational and social function of the program, since the said program aims to promote vocational and technological training of disadvantaged women, ensuring access to vocational education and increased schooling. For this was used as methodology the literature on issues surrounding the generating theme, such as: youth and adult education in Brazil, the Education and the Education of Women. They were used as data collection strategies, pre-structured questionnaires and interviews. Tables have been prepared and selected records of interviews and around them there was the content analysis and interpretation. The results of this research seek to raise new studies on the subject.

Professional education; Women's education; Thousand Women Program

Introdução

O presente trabalho parte do panorama da Educação de Jovens e Adultos no Brasil que passou a ser dever do Estado com a Constituição de 1934 e teve durante sua história muitas variações de acordo com as mudanças sociais, econômicas e políticas que aconteceram no decorrer do tempo de diversos momentos do país e assim, como as demais modalidades de ensino, ela não acontece de forma homogênea e apresenta diferentes e conflituosas práticas.

A educação profissional do Brasil teve início no período colonial com o ensino dos ofícios diferenciando as atividades destinadas aos escravos das atividades dos homens livres. Da época colonial até a época republicana, ocorreram grandes mudanças e transformações: as escolas de artífices, que foram se transformando, ao longo de um século, passaram a ser denominadas de Instituto Federal de Educação Tecnológica e contou com profunda reorganização para atender diferentes modalidades de ensino.

Sobre a educação feminina, a meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política.

Em 2007, o programa Mulheres Mil foi criado e se inseriu no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil e suas atividades buscam promover o acesso e permanência na instituição, buscando eixos tecnológicos relacionados com cada comunidade, além da busca pela formação cidadã e possível inserção delas no mercado de trabalho e melhoria na qualidade de suas vidas e de suas comunidades.

O presente artigo tem como objeto o Programa Mulheres Mil desenvolvido no Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto, e se trata de uma pesquisa descritiva e de caráter exploratório, baseando-se na abordagem quantitativa e qualitativa. É estruturado em temáticas geradoras que abrangem o tema principal, o que dá embasamento teórico à análise final.

A análise do programa Mulheres Mil em Sergipe acontece através de levantamento bibliográfico e no IFS Campus Lagarto através de estudo de caso da última turma concluída pelo programa até 2015. O estudo foi realizado com 25 (vinte e cinco) egressas do curso de Auxiliar de Arquivo, através da análise de questionários pré-estruturados pela gestão Institucional do Programa Mulheres Mil.

A educação de jovens e adultos no Brasil

No final do século XIX, com a República e a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, houve um deslocamento do projeto político do Brasil, passando de uma economia baseada na agricultura para uma economia centrada na indústria. E com a aspiração pelo modernismo, o discurso da importância da educação foi incentivado para a busca de uma sociedade civilizada. Essa mudança gerou a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada e no meio urbano, a educação de adultos visava à preparação de mão de obra alfabetizada para atender as necessidades do contexto urbano-industrial.

A educação de adultos somente passou a ser dever do Estado com a Constituição de 1934, com a criação do Plano Nacional da Educação e foi criado um espaço institucional no MEC, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), destinado a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa secretaria discute questões ligadas a grupos minoritários dentro da sociedade como os negros, os índios, a mulher e os educandos e educandas da EJA.

No final de 1990 surge o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), do governo de Fernando Collor de Melo, tinha o objetivo de reduzir o índice de analfabetismo em 70% num período de cinco anos, mas o programa não durou nem um ano. Após 1997, os programas de alfabetização mais marcantes foram o Programa Alfabetização Solidária – PAS e o Programa Brasil Alfabetizado que contam com parcerias firmadas entre o governo e instituições públicas e privadas.

Em Janeiro de 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa tem como proposta a erradicação do analfabetismo no Brasil. A Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo – SEEA é a encarregada de organizar e coordenar o programa. O objetivo do programa não é só a alfabetização mais também a inclusão social de pessoas analfabetas.

Apesar da EJA ainda repassar a ideia de assistencialismo, conformismo e demagogia, a realidade dessa modalidade trata da potencialização do indivíduo nas suas dimensões, ou seja, a esse aluno adulto, a educação propõe circunstâncias da sua própria vida que garantem condições mínimas de competição no mercado de trabalho.

[...] recuperar para jovens e adultos, que ficaram à margem do processo educativo, a oferta de uma educação que lhes garanta condições mínimas de ingresso e competição no mercado de trabalho. A educação de jovens e adultos não deve reportar-se apenas à dimensão do mercado de trabalho, pois isto seria reduzi-la a uma função meramente pragmática. A EJA precisa ser assumida no âmbito de uma concepção mais ampla, que contemple os múltiplos processos de formação. (SOARES, 2001, p. 204 apud BASTOS, 2011)

No Brasil, os analfabetos vivem em condições desiguais comparados ao restante da população e acabam vindo na

educação uma porta para mudança de vida. A EJA necessita muito de investimentos e produção de conhecimento tanto sobre condições de funcionamento, quanto sobre métodos e técnicas de ensino-aprendizagem.

A educação profissional no Brasil

A educação profissional do Brasil teve início no período colonial com o ensino dos ofícios, diferenciando as atividades destinadas aos escravos das atividades dos homens livres. Em 1909 foram instituídas as Escolas de Aprendizes e Artífices, e estas foram transformadas em Liceus Industriais, durante a Era Vargas (1930-1945). As Reformas Capanema (1930 – 1945), por meio de Leis Orgânicas, estruturou o ensino industrial e comercial, resultando na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - (Lei nº 4024/61), a legislação reconhece a articulação entre o ensino profissional e o ensino regular e em 1983, com o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), iniciou a interiorização da educação profissional surgindo as Escolas Técnicas Federais nos municípios do interior.

Em 2007, os Institutos Federais de Educação Tecnológica foram reorganizados para atender diferentes modalidades de ensino, como Educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de Educação profissional e tecnológica. E dentre as suas atividades há propostas voltadas à inclusão social de pessoas que foram excluídas do processo de qualificação profissional, através de programas sociais com envolvimento da comunidade externa. Um deles é o Programa Mulheres Mil, objeto desse estudo.

Educação das mulheres no Brasil

Antes da República, a maioria da população era analfabeta e com a primeira lei imperial sobre educação, ficou determinada a instrução primária a todos os cidadãos, sendo que somente os meninos seguiriam na educação secundária e nível superior, limitando às meninas aprender a ler, escrever, fazer quatro operações aritméticas, costurar e bordar.

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 1997, p. 61)

Segundo Azevedo (2006), para a mulher, a função da educação era socializadora e para manutenção da domesticidade, e não libertadora. A educação feminina limitava-se a aprender o necessário para formar bons filhos, disciplinados e honestos para contribuir com o progresso do país, o que não correspondia aos anseios da mulher nem proporcionava novas possibilidades de vida.

A necessidade de ampliação do acesso à educação agilizou a criação de escolas normais para a formação de docentes, surgindo a argumentação que este seria um ambiente feminino, já que o magistério seria a extensão da maternidade, sendo ainda as profissões relacionadas ao magistério as que mais recebem mulheres.

No entanto, mesmo com a participação de professores e professoras na educação, estabelecem-se desempenhos diferentes para eles e para elas e são encarregados de tarefas de algum modo distintas.

...separados por gênero (senhoras honestas e "prudentes" ensinam meninas, homens ensinam meninos), tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas), recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas distintas. (LOURO, 1997, p.100)

A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política.

A escolarização feminina foi uma mediação entre a família e as transformações culturais, políticas e econômicas do século XX, organizada pela dicotomia europeia entre a instrução e a educação, marcada pela transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial. No entanto, mesmo com a modernização de papéis, não houve grande evolução quanto a desigualdade de gênero e dependência emocional e econômica das mulheres em relação aos homens. Houve sim evolução do perfil educacional, pois em curto período de tempo, elas deixaram o analfabetismo, passaram para a formação de nível superior e atingiram profissões científicas, caracterizadas apenas como masculinas, e conseqüentemente tornaram-se consumidoras e passaram a lutar pelos direitos jurídicos e civis.

As mulheres conquistaram, aos poucos, pela própria capacidade de reivindicar, o direito à educação, ao voto, à independência econômica. Mas a luta, ainda permanece, pela igualdade salarial e acesso às profissões e cargos valorizados; por direitos sexuais e reprodutivos; pela partilha do trabalho doméstico; e pela paridade na representação política entre homens e mulheres. (CARVALHO, 2009, p. 24 apud BASTOS, 2011)

Até meados da década de 50, o acesso à educação formal por mulheres era restrito. Ao longo do século XX, com o empenho das mulheres para ter acesso à escola, no Brasil, é possível verificar que muitas mulheres estão em igualdade em relação aos homens ou apresentam níveis de escolaridade superiores. Atualmente, as mulheres, mesmo com escolaridade superior a dos homens, desenvolvem melhor as atividades de leitura e escrita, enquanto os homens têm melhor habilidade na matemática. (TEIXEIRA E PADUA, p. 150, 2009 apud BASTOS, 2011)

Para Lewin (1980), entre os fatores que aumentaram a participação das mulheres em atividades produtivas estão a disparidade entre as taxas de crescimento demográfico e a criação de novos empregos, ampliação do sistema educacional e mercado de trabalho necessitando de mão-de-obra qualificada.

“O duplo papel econômico da mulher – o doméstico e o industrial – aparece no nível da consciência social, através de uma ideologia que justifica e glorifica o primeiro deles e que endossa o segundo” (LEWIN, 1980, pag. 50). A mulher não rompe a dicotomia das duas jornadas de trabalho, ela procura equilibrar as demandas e mesmo com a sobrecarga, nenhuma isoladamente lhe basta para sua auto realização.

Desde 1975, Lewin (1980) observava o aumento do número de mulheres que buscam o ensino superior, no entanto a maior concentração é em carreiras tradicionalmente femininas, mesmo havendo mudanças, quanto a sua composição, em algumas carreiras que eram dominadas pelo sexo masculino.

A qualificação profissional no Brasil se desenvolveu nas Escolas e Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação, além do Sistema “S”, com ações de caráter assistencial e de lazer, oferecendo cursos profissionalizantes para trabalhadores da indústria e comércio.

Dentre as propostas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia está a inclusão social daqueles que não tiveram acesso ao processo de qualificação profissional, que acontece através de programas sociais, enquanto medidas adotadas pelo governo brasileiro para qualificar a mão de obra diante das exigências do mercado de trabalho, como o Programa Mulheres Mil.

O Programa Mulheres Mil

O MEC tem investido em iniciativas que visam à qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, com ofertas de cursos de menor duração buscando a capacitação de mão de obra, por meio de cursos profissionalizantes na Rede Federal de Educação Profissional. Dentre essas ações estão programas como PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego) e PROMIL (Programa Mulheres Mil).

O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

O Mulheres Mil tem como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte e garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões.

O programa foi fruto da cooperação internacional entre Brasil e Canadá por meio de um convênio chamado Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE). No Brasil, o Programa ficou sob responsabilidade do Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Estruturado em três eixos - *educação, cidadania e desenvolvimento sustentável*, as atividades do programa buscam promover o acesso e permanência na instituição, buscando eixos tecnológicos relacionados com cada comunidade, além da busca pela formação cidadã e possível inserção delas no mercado de trabalho e melhoria na qualidade de suas vidas e das de suas comunidades.

Participam do Programa mulheres de 18 (dezoito) a 60 (sessenta) anos de idade e que apresentem quadro de exclusão social, educacional e econômica, caracterizado como baixo nível de escolarização, pobreza acentuada e baixa autoestima.

O Mulheres Mil foi implantado inicialmente como projeto-piloto em 13 estados das regiões norte e nordeste do país, por meio de uma parceria com colleges canadenses, em 2007. Desde então, cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes em áreas como turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato, confecção e

processamento de alimentos.

O documento de autoria do Ministério da Educação, publicado em 2011, “Mulheres Mil na Rede Federal Caminhos da Inclusão”, informa que a primeira turma do Programa Mulheres Mil foi desenvolvida no Estado do Rio Grande do Norte, em caráter experimental, com atividades voltadas para o turismo, e foi encerrada no ano de 2005. Após a análise desta iniciativa, o programa foi estendido para mais treze Estados da Região Norte e Nordeste do Brasil.

As experiências do Programa Mulheres Mil no IFS – Campus Lagarto

Em 2007, o Instituto Federal de Sergipe iniciou as atividades do Programa Mulheres Mil na periferia de Aracaju, com moradoras do bairro Santa Maria com qualificação na área de artesanato, usando como matéria-prima papéis e papelão, tecidos, garrafas PET e madeira, e com as pescadoras do município de Nossa Senhora do Socorro, que além do artesanato com cascos de marisco, trabalharam com arte na culinária.

Como foi previsto, em 2011 o convênio com o Canadá cessou e permaneceu a proposta que as ações continuassem em todo o território nacional e se tornasse uma política pública.

Instituído pela Portaria nº 1.105 de 21 de julho de 2010, o Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Nacional Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2011, p.01)

Entre os objetivos do programa Mulheres Mil estão: estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade; possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional; ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas; articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.

A pesquisa objetiva discutir os resultados obtidos no trabalho de campo, através da análise de questionário pré-definido aplicado pela gestão do programa, o que contribuiu para a sistematização das informações sobre o sujeito da pesquisa, que são 25 egressas do curso de Auxiliar de Arquivo.

O Programa Mulheres Mil utiliza Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito que privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

No IFS Campus Lagarto, o programa iniciou em 2011 com uma turma de 100 mulheres no curso de Corte e Costura, em 2012 formou-se nova turma de Corte e Costura e em 2013 foi desenvolvido o curso de Estética Feminina. Em 2014, foi aberta uma turma de 50 alunas para os cursos de Auxiliar de Arquivo e outra com mais 50 alunas para o curso de Recepcionista.

Esse artigo resulta da pesquisa que se desenvolveu com a turma de Auxiliar de Arquivo. A partir de agora, portanto, serão apresentados os dados sobre ela. O curso, que iniciou em julho de 2014, teve como objetivo qualificar estas mulheres para o mercado de trabalho, além orienta-las quanto à formação cidadã. Conforme o projeto pedagógico, o curso de Auxiliar de Arquivo perfaz uma carga horária de 160 horas, estruturado em três módulos integrativos. O Módulo I formado pelas disciplinas: Ética, Cidadania e Direito da Mulher, Saúde da Mulher, Sociologia do Gênero e Comunicação e expressão feminina. O Módulo II formado pelas disciplinas: Leitura e produção de texto e Informática Básica. E o Módulo III é formado pelas disciplinas: Ética na Administração, Relações Interpessoais, Gestão Documental, Planejamento e Implantação de Arquivo, Arquivo: elemento e definição, Redação Empresarial.

A metodologia do Programa apresenta ferramentas próprias, como o Mapa da Vida que é uma ferramenta que objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca experiências de vida das mulheres, para que esses conhecimentos possam ser compartilhados e devidamente registrados e valorizados. O método potencializa as mulheres como autoras das histórias de suas vidas, de seus grupos, de suas instituições ou comunidades, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por suas protagonistas. A partir de suas histórias, as alunas projetam suas perspectivas que contemplam diversos aspectos, incluindo profissionais e educacionais.

Através do questionário aplicado para as alunas ao ingressar no curso de Auxiliar de arquivo foi possível obter um diagnóstico situacional familiar, educacional, profissional e socioeconômico.

Como o programa propõe a participação de mulheres entre 18 e 60 anos, a turma de Auxiliar de Arquivo era formada por alunas de faixa etária variada, sendo a maioria entre 25 e 39 anos de idade. Entre elas, 11 eram solteiras e 70% delas tinham filhos. 52% das entrevistadas são moradoras da zona urbana, sendo que sete moram na zona rural e cinco

não informaram.

Quando questionadas sobre a situação familiar em que vivem, todas negaram ter usado ou ter alguém da família usuário de drogas, no entanto, 20% delas assumiram já ter sofrido algum tipo de violência psicológica, através de humilhação ou ameaça que causasse prejuízo à autoestima e desenvolvimento pessoal. Todas afirmaram não haver ninguém que, de alguma forma, tentasse impedi-las de ir ao curso.

Quanto aos dados educacionais e profissionais, a maioria possui o ensino médio completo, não estudavam no ensino regular enquanto cursavam o curso profissionalizante e 76% das inscritas já participaram de outros cursos profissionalizantes. Das que interromperam seus estudos, a maioria afirmou ter como motivo o casamento ou filhos.

Ao escolher participar do curso 80% das alunas afirmaram que se motivaram pelo objetivo de preparar-se para o mercado de trabalho e receber qualificação profissional. Ao concluir o curso 52% pretendem fazer mais cursos profissionalizantes e preparar-se melhor para o trabalho e 32% pretendem procurar um emprego.

Quanto aos dados socioeconômicos, mais da metade delas não trabalham e são sustentadas pela família, em sua maioria o cônjuge ou os pais. Das 25 alunas que responderam o questionário, 12 delas exercem atividade remunerada, como autônomas, diaristas, 5 recebem benefícios do governo, 3 são pensionistas e 4 estão desempregadas, sendo que 40% tem uma renda familiar entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e 32% afirmaram viver com menos de meio salário mínimo.

Ao concluir o curso as alunas também respondem um questionário, no qual avaliam o curso quanto a sua aplicabilidade e possíveis mudanças na vida pessoal. 54% das alunas avaliaram de forma geral que o curso é bom e 41% que o curso é ótimo.

Sobre os temas abordados durante o curso, a maioria (70%) avaliou que o curso atendeu todas as expectativas, sendo que aquelas que consideraram como razoável, registraram que o curso não abrangeu suficientemente os assuntos específicos do curso Auxiliar de Arquivos e sugeriram que houvesse visitas técnicas.

“Houve pouco enfoque em matérias específicas” (A1)

“Não tivemos muito assunto sobre o curso em si. Teve vários outros temas abordados, que são importantes, mas o tema auxiliar de arquivo teve menos tempo” (A2)

“Faltaram aulas práticas na área de trabalho” (A3)

Sobre a forma como as aulas foram dadas, 66% consideraram bom, devido a dinâmica dos professores e 34% avaliaram como ótimas. 58% consideraram que os conteúdos ministrados serão úteis e poderão ser usados na sua vida ou na prática profissional. Quanto a carga horária do curso (160 horas) 58% consideraram adequada, enquanto as demais sugeriram que poderia ser maior, já que este curso teve a duração de 6 meses.

“De maneira geral, as aulas foram muito edificantes. Os professores foram muito dinâmicos, só o tempo para algumas disciplinas que foi muito curto.” (A7)

Das participantes do curso de Auxiliar de Arquivo, 45% consideram que o programa Mulheres Mil transformou algum aspecto na sua vida e relatam principalmente a mudança com relação a si mesmas, devido ao conhecimento adquirido, as novas relações pessoais, a motivação e aumento da autoestima, pois além do conhecimento específico do curso, adquiriram conhecimentos sobre direitos civis femininos, ética e cidadania, saúde da mulher, relações sociais.

“Fez as minhas filhas verem que eu sou capaz para uma nova realidade, até mesmo voltar ao mercado de trabalho” (A2)

“Foi muito bom para eu perceber que sou capaz de começar uma nova história na vida profissional” (A4)

“Aumentou meu conhecimento e me deu mais chances de entrar no mercado de trabalho” (A5)

Na formação de um curso ofertado no Programa Mulheres mil, conta-se com vários profissionais, entre eles, o curso possui uma coordenadora, uma orientadora pedagógica e uma assistente administrativa. A atual coordenadora do programa no IFS Campus Lagarto é Mariana Emanuelle Barreto de Gois. Ela está envolvida como professora voluntária do programa desde 2011 e desde fevereiro de 2013 assumiu a função de coordenadora, quando participou de capacitação com todos os gestores nacionais, em Brasília.

Segundo a coordenadora, o Programa Mulheres Mil, visa elevar a escolaridade das mulheres e favorecer para a

inserção no mercado de trabalho, bem como elevar a autoestima das participantes.

“É engrandecedor ouvir de uma mulher, que o programa transformou a vida dela e também a encorajou a separar do marido por ter sido violentada durante muito tempo. No programa elas aprendem o direito da mulher, aprendem a se enxergar como indivíduos de um processo histórico e não mais como vítimas”.

É de extrema importância que os cursos, antes de serem negociados entre ofertantes e demandantes, estejam alinhados às demandas das realidades dessas mulheres e de seus saberes, assim, o programa executado pelo Instituto Federal de Sergipe em parceria com a Prefeitura Municipal de Lagarto, ao criar um curso realiza uma pesquisa na comunidade sobre o interesse no curso ou se os cursos são condizentes com a realidade das alunas e com a ajuda da Secretaria de Ação Social do município são pesquisados os bairros vulneráveis para atender o objetivo geral do programa.

É realizado um diagnóstico referente ao potencial econômico e às oportunidades de trabalho no território, bem como abrange a situação e condição de vida das mulheres que trabalham e vivem no município, observando situação de risco, vulnerabilidade e extrema pobreza.

O processo de inscrição acontece na comunidade, também com o auxílio da prefeitura através da Secretaria de Ação Social e a seleção é realizada com o questionário socioeconômico e entrevista. E na busca ativa das mulheres em situação de risco, vulnerabilidade e extrema pobreza, a equipe que avalia é formada por psicólogos, assistentes sociais e a coordenação do curso.

Além de receberem ensino de qualidade aliado a qualificação profissional as participantes do Mulheres Mil também são beneficiadas com bolsas de auxílio financeiro e, segundo Mariana Gois, os cursos antes de se tornar Pronatec, contavam com recursos assegurados pela LOA (Lei Orçamentária Anual), e as mulheres recebiam R\$100,00 (cem reais) mensalmente, mas os professores e coordenadores não recebiam remuneração. Quando se tornou Pronatec, as alunas passaram a receber um auxílio de R\$11,00 (onze reais) por dia de aula e a equipe de trabalho passou a ser remunerada, já que no início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

Segundo a coordenadora, o acompanhamento das egressas é complicado devido ao mercado escasso de trabalho, mas procuram indicar algumas atividades e mercados, fazendo o portfólio delas. O Portfólio é um documento que congrega informações que descrevem os conhecimentos, as habilidades, as competências (os aprendizados), incluindo a documentação formal e informal.

Entre os problemas enfrentados pelos gestores, Mariana Gois, relata a dificuldade com o transporte responsável por trazer as alunas ao Campus, que muitas vezes não chega no horário marcado para início da aula. Além disso, a mesma afirma sentir dificuldade em sensibilizar os professores sobre a metodologia do programa.

Considerações Finais

Diante da conjuntura na qual as mulheres ainda vivenciam um processo histórico de exclusão, o Programa Mulheres Mil vem se constituindo numa tentativa de reverter a situação de marginalidade. Para isso, mais do que uma educação socializadora, o programa almeja uma educação profissional para diversas mulheres que vivem em situação de risco, vulnerabilidade e extrema pobreza em todo o Brasil.

Apesar da falsa ideia de igualdade de gêneros, onde homens e mulheres disputam as mesmas oportunidades, a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho e dificuldades para continuidade nos estudos, principalmente daquelas submetidas a condições de vulnerabilidade, são fatos persistentes ainda na sociedade atual, principalmente devido às atribuições da função da maternidade.

Para Frigotto, o trabalho é uma atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos, ao mesmo tempo em que responde às necessidades da vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Assim, depreende-se que a condição de desemprego, subemprego e desigualdade de gênero revela um quadro de baixa autoestima e conformação com a exclusão.

O público do Programa Mulheres Mil vive intensamente esse processo de exclusão e precariedade, então o programa começa a alterar essa situação com o primeiro passo de mudança interior da participante que trará a motivação para a busca de superação. No entanto, como não há efetivo acompanhamento das alunas após a conclusão do curso não é possível uma avaliação sobre empregabilidade, melhoria na renda ou melhoria na qualidade de vida dessas mulheres. É irrefutável que o objetivo de elevação da autoestima e promoção da inclusão produtiva do programa está sendo atingido, afinal as narrativas das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substantiva na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história, mostrando a mudança da condição de vítima para um ser passível de

mudança e crescimento.

Considerando os relatos, quanto a qualidade do curso, é possível entender que apesar do programa direcionar à qualificação profissional, este não atinge a expectativa e efetividade do objetivo, afinal os cursos têm carga horária pequena e com grande ênfase nos conteúdos transversais, que são essenciais ao processo, mas que não podem, sozinhos, atender a qualificação técnica, afinal uma barreira a ser quebrada também refere-se a elevação da escolaridade.

Conforme Oliveira (2013, p.132), “é necessário que a educação não esteja limitada a formação mecanicista e ao adestramento de mão de obra para superar a lógica imposta pelo capital”, logo, para que haja uma reversão no quadro de desigualdade social e de gênero, e alcançar os objetivos diretos do programa como elevação de escolaridade, inserção da mulher no mercado de trabalho, melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil é preciso haver uma mudança quanto a valorização feminina, através de novas políticas públicas de educação e valorização da mulher no mercado de trabalho.

Com o desenvolvimento desta pesquisa almeja-se contribuir com a análise da efetividade do Programa Mulheres Mil desenvolvido no IFS – Campus Lagarto, assim como suscitar novos estudos sobre o tema. É fundamental que ocorram avaliações a esse respeito a fim de contribuir com novas ações.

Referências

AZEVEDO, Nara. FERREIRA, Luiz Otávio. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940.** 2006.

BARRETO, Carolina Marielli. **Ensino de Arte e Educação profissional feminina: um estudo de caso sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo.** Campinas - SP, 2006.

BASTOS, Ludimila Corrêa. **Traçando Metas, Vencendo Desafios: Experiências Escolares De Mulheres Egressas da EJA.** Belo Horizonte: Faculdade De Educação Da UFMG, 2011.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da Alfabetização de Adultos: de 1960 até os dias de hoje.** Brasília. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. **Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil.**2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil%202014_editado.pdf

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da inclusão.** Brasília, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio**

LEWIN, Helena. **Educação e força de trabalho feminina no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Unificado Profissional, 1980.

LOPES, Selva Paraguassu. SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?**

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora S. M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a educação e trabalho.** São Cristóvão, 2013.

A atual coordenadora do programa no IFS Campus Lagarto, Mariana Emanuelle Barreto de Gois, concedeu uma entrevista para essa pesquisa.

Autora; Estudante da especialização Proeja no Instituto Federal de Sergipe; Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade Tiradentes. E-mail: cyndimoura@gmail.com

Esta pesquisa é parte integrante do trabalho de conclusão de curso da especialização Proeja no Instituto Federal de Sergipe sob orientação da professora Elza FerreiraSantos, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: elzafesantos@gmail.com

Recebido em: 03/07/2015

Aprovado em: 03/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: